

Intensificar os debates nas unidades! Rejeitar as (di)minutas propostas da reitoria

Plenária da Adunesp indica participação nas assembleias de base, presença nas congregações e campanha de e-mails junto aos conselheiros dos colegiados centrais

A minuta de resolução da reitoria – *Parâmetros de Sustentabilidade Financeira e Orçamentária da Unesp* – foi um dos temas centrais da Plenária Estadual da Adunesp em 16/3, em São Paulo. Nessa ocasião houve consenso entre os presentes no sentido de apontar para os docentes que devemos rejeitar a proposta e exigir um amplo e democrático debate com a comunidade sobre a crise de financiamento da Unesp.

Após a apresentação da proposta no CO de 22/2, frente à reação negativa da maioria dos conselheiros, o assunto foi retirado de pauta e a reitoria o remeteu para as unidades, mas apontando como “prazo para envio de sugestões” o dia 23/3, evidentemente exíguo frente à gravidade e complexidade envolvidas no documento.

Para os presentes à Plenária, ficou evidente que a pressão em aprovar medidas de grande impacto para o presente e o futuro da nossa Universidade, envolvendo altíssimos riscos no que diz respeito à sua sobrevivência e ao seu caráter institucional, explicitam um comportamento reiteradamente subserviente às pressões políticas do Palácio dos Bandeirantes e o pouco apreço que esta reitoria tem para com a autonomia da Universidade que dirige e para com a sua comunidade interna. Com a apresentação da minuta, a gestão reitoral atual curva-se às exigências do governo do estado, apressando-se por mostrar obediência às suas diretrizes e sinalizar aos seus “superiores” que está fazendo a “lição de casa”. Ou seja, está aplicando os modelos de ajuste fiscal tão em voga no país atualmente, que nada mais fazem do que jogar a conta sobre os ombros dos servidores, agravar a precarização dos serviços públicos e aprofundar o processo de subdesenvolvimento e dependência brasileiros.

A aprovação da minuta significaria, por exemplo, a garantia de manutenção do arrocho salarial a até 2026, pelo menos. Estudos feitos pelo professor Álvaro Dutra, de Guará, membro do Chapão da Adunesp, comprovam que, se estivesse em vigor de 2011 a 2017, a minuta teria reduzido à metade o reajuste salarial negociado neste período.

Congregações em andamento

Até o fechamento deste boletim, em 22/3, haviam rejeitado a minuta as seguintes congregações: FC, FAAC e FE

de Bauru; IGCE e IB de Rio Claro; Ibilce/Rio Preto; FCL, FCF e IQ de Araraquara; FCF/Marília; FE/Ilha Solteira; IB/São Vicente; FE/Guaratinguetá; IA/São Paulo; FCL/Assis e ICT/Sorocaba. Os departamentos DEAE/Jaboticabal e DAP/Araraquara também se manifestaram em rejeição à minuta.

A Adunesp orienta os professores a participarem das congregações, fazendo o debate e se posicionando pela rejeição da minuta.

Campanha junto aos conselheiros

A Plenária da Adunesp de 16/3 aprovou a realização de uma campanha de *e-mails* para os conselheiros docentes nos colegiados centrais, instando-os a rejeitar a minuta “*Parâmetros de Sustentabilidade Financeira e Orçamentária da Unesp*” e a reivindicar a abertura de um amplo e democrático debate junto à comunidade.

Proposta de *e-mail*:

“Prezados/as conselheiros(as),

Preocupados com o futuro da Universidade e o relevante papel que cumpre junto à sociedade paulista e brasileira, solicitamos que não seja aprovado o documento “*Parâmetros de Sustentabilidade Financeira e Orçamentária da Unesp*”. Consideramos necessário um amplo e democrático debate, que agregue ideias e propostas da comunidade universitária para superar a crise de financiamento da Unesp, sem que as atividades precípuas da nossa Universidade – a criação e a transmissão do saber e da cultura – sejam preteridas, nem que nossos salários sejam confiscados para que se alcance, a qualquer custo, a sustentabilidade orçamentária e financeira.

Certos de que V.Sa. será sensível a este pleito, subscrevo-me atenciosamente,

Xxxxxxxxxxxx”

Os *e-mails* dos conselheiros, agrupados por órgão colegiado, estão disponíveis em https://drive.google.com/file/d/18rX3gcfuIZuOn6xt4CBZ1Zgg4UV_uLhU/view?usp=sharing

SisCPA: Questões ainda sem resposta

Ou... o Big Brother da Unesp

Conforme divulgado nos boletins anteriores, a Penária Estadual da Adunesp de 15/3/2018, apoiada pelas manifestações dos representantes docentes de diversos *campi* presentes e pelos pareceres jurídico e técnico (confira no Adunesp viaNet nº 131, de 15/3/2018, disponível no site, em www.adunesp.org.br), orientou a categoria a **NÃO ASSINAR** o Termo de Responsabilidade do SisCPA.

Aos que já assinaram este documento, mas que se sintam desconfortáveis nessa anuência, a orientação é registrar também por escrito sua reconsideração no sentido de que, ante o teor de uma leitura mais atenta do que a Administração compulsoriamente lhes impôs, declare cancelada sua autorização, ou, ainda, torne sem efeito a autorização concedida. Ainda de acordo com as deliberações da Plenária, caso algum docente – que não tenha assinado ou que retire a assinatura, caso já a tenha feito – se sinta coagido ou prejudicado em algum aspecto, deve procurar imediatamente a Adunesp, que tomará as medidas jurídicas cabíveis para sua defesa.

Logo após a divulgação das deliberações da Plenária, os docentes receberam *e-mail* assinado pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, presidente da CPA, e Ney Lemke, assessor-chefe da Assessoria de Informática da Unesp, intitulado “Comunicado sobre infraestrutura de segurança do SisCPA”, em que é explicitado, entre outras coisas que “*o objetivo do sistema é o de fornecer um ambiente que agilize o processo de avaliação do desempenho docente com base na entrega de Relatórios de atividades anuais e trienais, PGAs, PADs e projetos de pesquisa de docentes e pesquisadores, acompanhados da versão PDF do currículo Lattes obedecendo às normas institucionais*”.

A Adunesp entende que várias dúvidas seguem não respondidas e, principalmente, que a implantação do SisCPA está na contramão das deliberações do CEPE em 5 e 6/2, de fim da planilha de avaliação de desempenho, conforme trecho do texto mostrado acima. Embora a presidente da CPA afirme que a avaliação tem caráter puramente diagnóstico, para fins de planejamento estratégico, ao que tudo indica, a implantação do SisCPA faz parte de uma estratégia da reitoria de estabelecer um controle mais ágil do trabalho docente e, juntamente com a proposta de sustentabilidade, construir procedimentos que justifiquem administrativamente eventuais rebaixamentos de regimes de trabalho e/ou demissões, no sentido de adequar o orçamento atual da Unesp àquilo que o governo estadual acha que nos cabe.

Dúvidas não explicadas

Tal qual o célebre livro de George Orwell, o SisCPA parece querer assumir as vezes do nosso Big Brother.

Um dos principais questionamentos ao Termo de Compromisso, levantados no parecer do pesquisador em TI Sílvio Rhatto, publicado no *Adunesp viaNET nº 131*, diz respeito à responsabilização do docente pela “cessão proposital a terceiros” de *login* e senha. “Como provar que uma pessoa forneceu voluntariamente sua senha ou se esta senha foi *hackeada*”, questiona Rhatto, lembrando que “o termo não colo-

ca apenas o risco de processo criminal ou civil – algo que salta aos olhos de qualquer um, pois o texto é explícito quanto a isso – mas, principalmente, o risco de processo administrativo, cujos custos são muito menores para a administração pública, mas que traz grandes dificuldades para a defesa de um eventual acusado”.

O especialista cita, ainda, que o termo deixa de mencionar “a existência de algum procedimento ou comportamento de como o sistema respeitará a privacidade de quem vai utilizá-lo”. O comunicado da CPA em 19/3 não diz uma só palavra sobre o rastreamento dos docentes. A Unesp é uma instituição pública e os que estão à frente de sua gestão são administradores públicos e, nesta qualidade, representam o Estado. Não parece aceitável que o Estado rastreie os indivíduos.

A seguir, alguns comentários em alguns itens do comunicado da CPA em 19/3/2018:

Sobre a afirmação do comunicado de que “*a arquitetura do SisCPA é essencialmente a mesma que existe em instituições como a Fapesp e o CNPq que permitem a tramitação de processos por via eletrônica através de login e senha*”, cabe lembrar que as agências citadas não impõem a assinatura de um termo tão draconiano, em termos de responsabilidade do usuário para com o sistema, aos que se cadastram. Com o termo de uso, a Unesp joga toda a responsabilidade de eventuais problemas com o sistema sobre os usuários. Além disso, a Unesp, contrariamente à Fapesp e ao CNPq, é uma empregadora, que estará avaliando seus empregados (no caso, docentes). A situação do usuário em relação ao sistema é completamente diversa daquela que ele mantém com as agências de fomento, que não o empregam, nem podem mudar, por exemplo, seu regime de trabalho.

Diz o comunicado da CPA, ainda, que “*apenas os usuários cadastrados podem acessar os processos com finalidades específicas, como por exemplo, indicar relatores ou emitir pareceres. Não é possível que outros usuários alterem as informações inseridas por outro usuário e pelo próprio interessado no processo*”. Neste ponto, cabe destacar que, no mundo virtual, nunca existe garantia total de que terceiros não possam acessar ou *hackear* esse ou aquele sistema. Se o SisCPA for *hackeado*, um docente poderia ser acusado injustamente de ter fornecido sua senha. E, como bem destacou o parecer de Sílvio Rhatto, é difícil provar esse tipo de coisa: se a senha foi *hackeada* ou se o usuário a comunicou a alguém.

Outro trecho do comunicado diz que uma das razões que “*levaram à solicitação de assinatura do termo de responsabilidade*” foi “*alertar ao interessado, docente ou pesquisador, sobre a importância de inserir informações corretas e zelar pela segurança delas ao não partilhar seu login e sua senha de acesso*”. Ora, querer alertar professores universitários doutores e pesquisadores experientes sobre isso, desse modo





e com esse método, é uma verdadeira afronta. Todos sabem que as informações prestadas à Unesp devem ser verdadeiras. Essa explicação da CPA é uma indicação de que a Unesp considera todos os seus docentes potencialmente suspeitos. Compreensível que seja feito um alerta sobre a necessidade de os professores fornecerem informações exatas, porém, para isso não há necessidade de enquadrá-los no Código Penal Brasileiro.

Outra razão destacada pelo comunicado, para a necessidade de assinatura no termo de responsabilidade, é “evitar que seja necessário, ao final de qualquer etapa de tramitação, imprimir o processo e colher assinaturas, uma vez que para finalidades externas à Unesp, com vistas a possíveis

questionamentos na Justiça, quando um docente ou pesquisador assim o desejar, documentos contidos no processo podem ser reproduzidos e acompanhados das cópias dos termos de todos aqueles que estiverem envolvidos no processo, como correspondência das respectivas assinaturas”. Estaria a CPA se preparando para possíveis litigâncias?

Por fim, há também a questão dos custos: num momento crítico como esse que estamos vivendo, em que a reitoria quer “sanear” a Unesp às custas dos salários de seus servidores docentes e técnico-administrativos, das necessárias contratações e dos planos de carreiras, é imperativo que se saiba quanto, exatamente, foi gasto com a concepção e a instauração do SisCPA.

Data-base 2018: Vamos à segunda rodada de assembleias

Conforme **Boletim do Fórum das Seis**, de 19/3, já foram incorporadas à Pauta Unificada 2018 todas as propostas consensuais construídas a partir das contribuições advindas da primeira rodada de assembleias de base.

A reivindicação salarial apresenta a recomposição do poder aquisitivo de maio/2015 como meta principal da campanha salarial deste ano e um plano de reposição das perdas históricas. Como ainda falta inserir nesta conta a inflação de fevereiro, março e abril/2018, não é possível determinar o valor exato do percentual desse reajuste agora. Por esse motivo, essa reivindicação consta no tópico **II – Salário** da pauta de reivindicação do Fórum das Seis da seguinte forma:

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base

de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Agora, a orientação é de uma nova rodada de assembleias, até o dia 3/4, para que as categorias avaliem o texto final da Pauta. No dia 4/4, as entidades do Fórum voltam a se reunir para fechar, em definitivo, a Pauta 2018 e entregá-la ao Cruesp. A orientação do Fórum das Seis é que, caso não haja retorno do Cruesp até 1º de maio – nossa data-base – ou que este retorno seja insuficiente, as categorias discutam indicativo de greve.

A Adunesp orienta suas subseções e representantes de base a agendarem as assembleias não só para debater a Pauta Unificada e formas de luta, bem como itens específicos da Unesp: a minuta da sustentabilidade e o SisCPA.

No site da Adunesp, confira o indicativo de Pauta Unificada 2018, que deve ser discutido e aprovado nas assembleias de base da segunda rodada.

Ato em homenagem a Marielle

No dia 14/03/18, quando Marielle Franco, vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro, e seu motorista, Anderson Pedro M. Gomes, foram assassinados a tiros. Nos dias que se seguiram, grandes manifestações ganharam as ruas e praças em todo o país.

A Adusp, com o apoio das entidades que compõem o Fórum das Seis, em 21/3, organizou um ato em frente ao Largo São Francisco, em São Paulo. Estiveram presentes diversas entidades, inclusive a Adunesp. O professor João Chaves, presidente do Sindicato, fez uma fala (foto), que pode ser conferida em <https://youtu.be/tKHEM51bVds>

